

Pinheiro, Luana Simões

Working Paper

Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade

Texto para Discussão, No. 2210

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Pinheiro, Luana Simões (2016) : Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade, Texto para Discussão, No. 2210, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/146646>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

2210

TEXTO PARA DISCUSSÃO

OS DILEMAS DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO FEMINISMO DA PÓS-MODERNIDADE

Luana Simões Pinheiro



ipea

2210

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Rio de Janeiro, julho de 2016

OS DILEMAS DA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NO FEMINISMO DA PÓS-MODERNIDADE

Luana Simões Pinheiro¹

1. Técnica de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Governo Federal

**Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão**
Ministro interino Dyogo Henrique de Oliveira

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Ernesto Lozardo

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Juliano Cardoso Eleutério

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**
João Alberto De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Claudio Hamilton Matos dos Santos

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**
Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**
Fernanda De Negri

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

**Diretora de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**
Alice Pessoa de Abreu

Chefe de Gabinete Substituto
Márcio Simão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2016

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 O FEMINISMO E A PASSAGEM DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES PARA OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO	8
3 A PÓS-MODERNIDADE E O QUESTIONAMENTO DO SUJEITO UNIVERSAL DO FEMINISMO	12
4 OS EMBATES NO FEMINISMO	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	26
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	27

SINOPSE

Foi a partir da atuação do movimento feminista que as mulheres passaram a demandar – teórica e politicamente – seu reconhecimento como sujeitos políticos. Até a década de 1990, o feminismo direcionou seus esforços para a conquista de direitos sociais e políticos, seja o direito ao voto – demanda do início do século XX –, seja a luta por igualdade e direitos no mundo do trabalho, no campo da saúde, no acesso à educação e no enfrentamento da violência tanto no espaço público quanto no privado. Durante este período, o feminismo trabalhou um sujeito unitário – as mulheres. Ainda que se reconhecesse a diversidade dentro deste grupo, a ideia de que haveria muito mais similaridades a unir as mulheres do que diferenças a separá-las pautou o movimento. Já na década de 1970, começa-se a questionar esta suposta universalidade, na ideia de que este sujeito unitário dizia respeito a um grupo muito particular de mulheres. Nesta nova fase do feminismo, que ganhou força a partir dos anos 1990, este debate torna-se central e a fragmentação do sujeito “mulher” alcança tal complexidade que se começa a falar na existência de um feminismo sem mulheres. É o início do movimento de desconstrução de uma categoria universal que este texto procura apresentar, abarcando, em especial, a produção da década de 1990 e do início dos anos 2000.

Palavras-chave: feminismo; sujeito; mulheres; gênero.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo *deste Texto para Discussão* é analisar o impacto da (des)construção teórica e política do sujeito do feminismo a partir de conceitos pós-modernos e pós-estruturalistas que deslocaram, contingenciaram e fraturaram o sujeito e a razão universal. Partindo do questionamento da universalidade típica do Iluminismo – representado pelo homem, do sexo masculino, branco e heterossexual –, o feminismo construiu, como seu sujeito de luta política, a categoria mulher, paradoxalmente também uma categoria universal. Desde a década de 1990, porém, este sujeito totalizador tem sido fortemente questionado.

Inspirado pelas reflexões de pensadores pós-modernistas e pós-estruturalistas que colocaram em cena a ideia de desconstrução de valores e verdades universais, o feminismo se deparou com a fragmentação e a proliferação do sujeito que até então orientava sua ação. De uma pretensa unicidade em torno do conceito de mulher, tem-se hoje uma pluralidade de sujeitos já descritos até mesmo como hifenizados: mulher-negra, mulher-homossexual, mulher-camponesa-pobre. Como se deu esse movimento? Que impactos isso pode ter na organização e na atuação do movimento feminista – tanto político quanto teórico?

Para tentar avançar na compreensão destes questionamentos, este texto aborda alguns trabalhos produzidos entre os anos 1990 e o início dos anos 2000. Em momento posterior, pretende-se abarcar as reflexões dos últimos dez anos, que deram novo impulso aos debates, bem como as contribuições específicas do feminismo negro, que, ao longo das últimas décadas, têm sido decisivas para a discussão que aqui se tenta esboçar.

Inicialmente é preciso destacar que o feminismo se caracteriza, como bem destaca Celi Pinto, por produzir sua própria reflexão teórica. Para Pinto (2010, p. 15), “pode-se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da história, ciências sociais, crítica literária e psicanálise”. É, portanto, um movimento ao mesmo tempo teórico e de luta política, característica fundamental para que se possa entender os caminhos e os embates em torno da construção de seu sujeito. A desconstrução teórica da categoria mulher, nesse contexto, não significa, nem mesmo para aquelas que a propõem, abrir mão da luta feminista ou mesmo debilitar o

feminismo enquanto movimento coletivo contra a dominação.¹ Tal como aponta Joan Scott (1994, p. 14):

minha motivação era e é abertamente política: apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres. Mais do que isso, é uma motivação que as feministas compartilham com os que estão preocupados em modificar a representação de outros grupos deixados de fora da história em razão da raça, etnicidade e classe, tanto quanto em razão do gênero.

A “contradição” entre ciência e política, porém, tem se dado de tal forma que, mais recentemente, algumas pensadoras feministas têm, inclusive, proposto que se retome a ideia de mulher, abandonada já na década de 1970, em prol do conceito de gênero. Isso porque o campo teórico feminista estaria criando um feminismo sem mulheres, ou seja, sem sujeito, o que inviabilizaria a luta política pela emancipação feminina. Nas palavras de Costa (1998, p. 127), “o gênero dissipou-se diante das fraturas de classe, raça, etnia, sexualidade, idade, particularidade histórica e outras diferenças individuais constitutivas da heteroglossia radical pós-moderna”. Se o feminismo sempre se deu em duas vertentes, o ponto, para estas acadêmicas, é que o campo da teoria tem impossibilitado o campo da política.

2 O FEMINISMO E A PASSAGEM DOS ESTUDOS SOBRE AS MULHERES PARA OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO

O movimento feminista configurou-se, ao longo da história, como o espaço de luta das mulheres por sua emancipação. Ainda que as mulheres sempre tenham se rebelado contra suas condições de vida, é apenas no final do século XIX que se configura a primeira onda do feminismo, conhecida como sufragismo e voltada à busca de direitos no campo político, em especial do direito ao voto. Este momento pautava-se pela luta contra a discriminação e pelos direitos igualitários, “baseando-se nos princípios da identificação com os valores da racionalidade dominante” (Machado, 1992, p. 25). O sujeito deste feminismo igualitário era, portanto, essencializado, a-histórico e

1. Cláudia de Lima Costa (1998, p. 127) aponta que a existência de diferentes forças dentro do feminismo assinala, inclusive, sua maior virtude e diferença em relação a outros movimentos sociais e a outros discursos, “principalmente quando consideramos as articulações que o feminismo constrói entre as variadas posições de sujeito visando objetivos políticos, materiais e culturais específicos”.

universal. O objetivo era retirar as mulheres da invisibilidade do mundo privado, não havendo uma elaboração teórico-política a respeito das diferenças e da desconstrução da universalidade do sujeito masculino² e, muito menos, do feminino.

Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativas para suas demandas (Costa, 1981, p. 13).

Já nas décadas de 1960 e 1970, buscando questionar esta suposta naturalidade da divisão social e hierarquizada entre homens e mulheres, bem como a epistemologia também supostamente neutra, o movimento feminista cunhou o conceito de gênero. O termo gênero teve seu uso inicialmente difundido por feministas americanas para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, ou seja, havia a rejeição ao determinismo biológico embutido em termos como sexo e diferença sexual (Scott, 1995). É, portanto, um conceito eminentemente político, nascido no movimento feminista em sua luta contra as desigualdades, para demonstrar à sociedade e à comunidade científica que as diferenças físicas entre mulheres e homens não geram a desigualdade verificada, mas, ao contrário, são usadas para naturalizá-la.

A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas. (...) As feministas, é claro, não ignoram a biologia das mulheres, mas questionam ideologias que constroem e representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas (Brah, 2006, p. 342).

Fundamentalmente, a ideia de gênero procura desnaturalizar aquilo que é socialmente construído, evidenciando a existência de um poder desigualmente distribuído entre homens e mulheres, o qual coloca as mulheres em posição de subalternidade. Desse

2. Na luta pelo direito ao voto, Berta Lutz chega a afirmar que “os direitos políticos da mulher não significarão um rompimento com a família, com o seu papel tradicional de esposa e mãe. (...) Sendo o lar o *local tipicamente feminino*, nem por isso deve a mulher limitar seus horizontes a ele. (...) Ser feminista não é, de nenhum modo, abdicar dos belos atributos morais, da sensibilidade e delicadeza afetivas, não é desvirtuar a finalidade sublime da mulher na terra: filha, noiva, esposa e mãe” (Alves, 1980, p. 102 *apud* Borba, 1998, p. 154).

modo, as relações sociais estabelecidas em todas as esferas da sociedade tendem a ser “gendradas”, ou seja, marcadas por especificidades de gênero. Como aponta Scott (1995, p. 76), “o termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”.

A utilização de gênero enfatiza a existência de um sistema de relações sociais que pode incluí-lo, mas que não é diretamente determinado por sexo nem determina diretamente a sua sexualidade. Assim, gênero pode ser visto como categoria social aplicada sobre um corpo sexuado. Há o interesse, ainda, de evidenciar que esta é uma categoria basicamente relacional – ou seja, não se fala de homens sem se falar de mulheres, e vice-versa – e que a pretensa neutralidade da ciência ou dos discursos sociais, na verdade, refere-se a um único sujeito masculino. Tal categoria estabeleceu, assim, oposições dicotômicas entre homem-mulher, feminino-masculino, natureza-cultura, sexo-gênero.

Machado (1998) destaca que, com esse novo paradigma teórico, político e metodológico, três novos pilares são levantados: *i*) uma ruptura radical proposta pela noção biológica de sexo e cultural de gênero; *ii*) o privilegiamento metodológico das relações de gênero em relação a qualquer substancialidade do feminino e do masculino; e *iii*) a afirmação da transversalidade de gênero, ou seja, de que gênero está presente e produz impactos nos mais diversos campos da vida social.³ A partir desta “virada epistemológica”, o feminismo passou dos estudos da/sobre a mulher para os estudos de gênero, analisando a construção social e cultural do masculino e do feminino, e dedicando-se a analisar as formas pelas quais os sujeitos se constituíam em meio a relações de poder.

A nova ideia de gênero questionava a “figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade” (Rago, 1998, p. 91). Simone de Beauvoir foi, nesse sentido, uma das precursoras da crítica ao sujeito,

desafiando sua presumida universalidade, neutralidade e unidade, argumentando que no mundo social existem aqueles que ocupam a posição social não específica, sem marcações (...) e

3. Tal como destaca Harding (1986), desde os mais remotos tempos, as sociedades têm se organizado em termos de *gender meanings*. E, desde que se começou a teorizar a ideia de gênero – definindo-o como a categoria analítica a partir da qual as pessoas pensam e organizam suas ações, em substituição à ideia de que as ações são meros resultados de diferenças sexuais –, torna-se evidente a capacidade que os elementos de gênero têm de definir e influenciar os sistemas de crenças, as instituições e até mesmo os fenômenos que aparentemente seriam neutros em relação a gênero.

aqueles que são definidos, reduzidos e marcados por sua diferença, sempre aprisionados em suas especificidades, designando o outro. (...) Denunciar a referência masculina do sujeito implica sua desconstrução e seu descentramento (Mariano, 2005, p. 484).

Foram as feministas da segunda onda, portanto, as que questionaram a universalidade do sujeito moderno, questionando, conseqüentemente, os paradigmas de verdade e de método, e evidenciando aquilo que os modelos dominantes excluíram. As teorias de gênero construídas por estas teóricas e ativistas permitiram revelar que:

embora as categorias modernas e valores do Iluminismo (...) inicialmente tenham instruído muitos dos movimentos feministas de emancipação, o discurso humanista da teoria moderna, juntamente com suas noções de sujeito e identidade intrinsecamente essencialistas, fundacionalistas e universalistas, tendeu a apagar as especificidades (de gênero, de classe, de raça, de etnia e de orientação sexual, etc.) dos diferentes sujeitos que ocupavam outras fronteiras políticas que aquelas do homem branco, heterossexual e detentor de propriedades (Mariano, 2005, p. 485).

Isso significa que as noções de sujeito – feminino e masculino – estavam marcadas por particularidades que se pretendiam universais. Em outras palavras, esta nova proposta do feminismo “não desconstrói apenas o sujeito masculino, mas também o sujeito ‘mulher’, e com ele o sujeito do feminismo” (*op. cit.*, p. 489). No entanto, “reconhecer [a existência de] múltiplas identidades que coexistem no universo da subjetividade e da política implicaria a relativização do peso conferido ao gênero na explicação da constituição dos sujeitos” (Sorj, 1992, p. 18).

Assim, em nome de um sujeito facilmente agenciável para o mundo político, o movimento feminista não trabalhou essa desconstrução, mantendo a universalidade do sujeito “mulher” (bem como do sujeito “homem”), considerando que “o reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa, em muito, as diferenças entre elas. Dessa maneira, a identidade entre as mulheres torna-se primária” (Piscitelli, 2004, p. 46). Há, como na construção do sujeito negro destacada por Brah (2006), a construção de uma identidade afirmativa de grupo.

Por fim, destaque-se que, ao centrar-se na construção social e cultural das diferenças sexuais, o feminismo identitário considera um sujeito construído no ponto de partida. Ou seja, ainda que se avance para desconstruir a totalidade do homem e

para considerar as diferenças e as desigualdades advindas de um processo cultural de compreensão dos sujeitos,

ao aceitar que as mulheres têm características inerentes e identidades objetivas consistentes e predizivelmente diferentes das masculinas, e que elas geram definitivamente necessidades e interesses femininos, os historiadores deixam implícito que a diferença sexual é um fenômeno natural e não social. (...) A história das mulheres escrita dessa perspectiva e a política que ela engendra, termina por endossar as ideias de uma diferença sexual inalterável, que são usadas para justificar a discriminação (Scott, 1994, p. 16).

Nesse sentido, o sujeito produzido pelo conceito de gênero tal como usado a partir dos anos 1970 – sem, portanto, as relativizações produzidas pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo – leva a uma essencialização do que significa ser homem e ser mulher, isto é, a uma noção de essência última que transcende limites históricos e culturais. É a partir da crítica a essa universalidade essencializada e a uma política identitária que um novo grupo de teóricas feministas se levanta para propor um novo sujeito do feminismo, deslocado, contingente, nada fixo.

3 A PÓS-MODERNIDADE E O QUESTIONAMENTO DO SUJEITO UNIVERSAL DO FEMINISMO

A instabilidade do sujeito tradicional do feminismo começou a se efetivar com mais vigor a partir da década de 1990, seja pela vertente teórica, seja pela vertente política do feminismo. Diante dos escritos e dos pensamentos desconstrutivistas, associados a autores como Derrida e Foucault, as teóricas feministas começaram a questionar a estabilidade, a essencialidade e a universalidade do sujeito que, até então, prevalecia no campo dos estudos de gênero.⁴ Em verdade, o próprio questionamento do sujeito

4. Entre as diferentes abordagens passíveis de serem construídas a partir dos referenciais pós-modernos e pós-estruturalistas, as “feministas desconstrutivistas” compartilham uma série de questionamentos aos modelos unitários e totalizantes: “contestam a validade dos modelos que buscam analisar e explicar as transformações históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de certas estruturas e/ou instituições; questionam, também, as abordagens que formulam uma compreensão da diferença tendo como referência um Outro exógeno, externo, procedimento que mantém o princípio de uma unidade e coerência cultural interna; trabalham com uma noção pulverizada de poder, com a ideia de dissolução do sujeito universal autoconsciente; valorizam a linguagem e o discurso como práticas relacionais que produzem e constituem as instituições e os próprios homens enquanto sujeitos históricos e culturais, e compreendem, enfim, a produção de saber e significação como ato de poder” (Piscitelli, 2001, p. 14).

universal da modernidade, instado pelo movimento feminista identitário, já havia desestabilizado esta categoria:⁵ “com o impulso dado pela crítica de gênero, o sujeito na verdade já começava sua grande queda, sua fragmentação, e muitos agora acreditam que não se consegue mais juntar seus pedaços” (Bordo, 2000, p. 17).

No campo político, foram as feministas negras, latino-americanas, do terceiro mundo, das ex-colônias e lésbicas as que se levantaram para dizer que o feminismo vigente não as representava, constituindo-se em um espaço de mulheres brancas, heterossexuais (Mariano, 2005). O feminismo negro evidenciou os discursos que conferiam primazia ao gênero ou à classe em relação a outros marcadores identitários, interrogando “as construções de tais significantes privilegiados enquanto núcleos autônomos unificados” (Brah, 2006, p. 357). Colocavam em xeque, portanto, as tentativas de se construir uma base comum entre as mulheres, a partir da ideia de uma “mulher” única para a qual as ações políticas eram orientadas de forma neutra e homogênea. A noção de identidade era questionada, constituindo-se não apenas em um problema político, mas também teórico.

A forma como a categoria gênero veio sendo construída no seio do movimento feminista colocou a opressão da mulher no centro de suas formulações, dando-lhe um estatuto teórico semelhante ao da exploração de classe. Segundo MacKinnon (1982⁶ *apud* Sorj, 1992, p. 16), “o feminismo pensa a sexualidade da mesma forma como

5. Susan Bordo, em artigo que procura discutir a marginalização e a guetização das teóricas feministas, destaca que estas estiveram na dianteira do movimento que colocou em xeque a presumida universalidade, neutralidade e unidade do sujeito moderno. A primeira quebra desta unidade se deu com o questionamento do sujeito unitário Homem, que significava apenas o homem do sexo masculino. Inicia-se, a partir daí, um amplo questionamento dos paradigmas estabelecidos da verdade e do método científico com o objetivo de revelar o que os modelos dominantes excluíram, mais do que atacar o valor do que eles ofereceram. As filósofas feministas invocaram “uma alteridade feminina oprimida ou não reconhecida como um caminho para a crítica e para a reconstrução das formas dominantes” (Bordo, 2000, p. 16). O feminismo contribuiu, assim, para um ceticismo cultural generalizado sobre o que se reivindica como conhecimento e como verdade, particularmente quando essas noções são impostas como válidas para toda a humanidade, para todas as experiências e histórias humanas. No entanto, a autora destaca que há a construção de um outro discurso, o de que o questionamento da universalidade e da neutralidade precede o feminismo, em vez de ser também produzido por ele. A produção feminista é entendida como uma crítica mais limitada, que expõe o sexismo e o masculinismo das relações tradicionais. Essa percepção é defendida pelas próprias feministas que associam a desconstrução, o deslocamento e a instabilidade dos sujeitos exclusivamente às reflexões de pensadores como Foucault e Derrida. É assim que Machado, em seu texto *Gênero, um novo paradigma?*, inicia dizendo que “foi, com certeza, a desconstrução derrideana que inspirou o processo analítico da desconstrução do gênero desenvolvida pelas feministas do mundo anglo-saxão em substituição aos impasses metodológicos dos estudos das mulheres” (Machado, 1998, p. 107).

6. MacKinnon, Catharine. *Feminism, marxism, method and the state: an agenda for theory*. In: Keohane, Nannerl; Rosaldo, Michelle; Gelpi, Barbara (Ed.). *Feminist theory: a critique of ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

o marxismo pensa o trabalho: como uma atividade construída e, ao mesmo tempo, construtora, universal, mas historicamente específica”. Gênero, portanto, adquire um estatuto universal, tanto no que se refere à sua transcendência histórica quanto na qualidade totalizadora dos agentes sociais.

Sorj (1992) destaca que a universalidade da categoria mulher significava a existência de uma experiência comum das mulheres, generalizável a partir da vivência de gênero e compartilhada pelas culturas e pela história. Construiu-se, assim, uma espécie de hierarquização das identidades. De fato, havia a ideia de que o gênero constituía-se em uma identidade global e central, “obscurece(ndo) ou subordina(ndo) todas as outras – raça, classe, nacionalidade – ‘outras’, que emergem nitidamente no campo das ‘políticas da diferença” (Piscitelli, 2001, p. 13).⁷ As relações de poder entre homens e mulheres se configuravam nas dinâmicas centrais dos processos de opressão, fazendo com que outros determinantes, como raça e classe, fossem muitas vezes ignorados.

Essa identidade global era unificada pela categoria mulher, a qual representaria o sujeito em nome de quem se almeja essa representação política (Butler, 2003). E mais, criar-se-ia a tendência de pensar gênero como aquilo que representa o que as mulheres têm em comum, enquanto outros marcadores identitários seriam indicativos daquilo que elas têm de diferente (Nicholson, 2000⁸ *apud* Mariano, 2005). Se a subordinação feminina poderia ocorrer de formas variadas quando contraposta a outros marcadores identitários, ela seria universal na medida em que ocorre em todas as partes do mundo e em todos os períodos históricos. A identidade feminina seria primária; as demais, se organizariam tendo esta como pano de fundo.

Sem prejuízo à importância histórica que teve para representar e dar visibilidade política às mulheres, essa concepção dominante passou a ser objeto de crítica da teoria feminista, especificamente em relação à compreensão do sujeito mulher – mesmo quando no plural (mulheres) – como estável e válido universalmente. Argumentava-se que a

7. Brah (2006), ao analisar o movimento feminista identitário, destaca que as especificidades das mulheres, em vez de serem objeto de reflexão para a construção de uma política de solidariedade, eram diferenciadas em torno de uma hierarquia de opressão. O ato de nomear-se como membro de um grupo oprimido parecia conferir uma certa autoridade moral ao sujeito da fala. Para a autora, “quanto mais opressões uma mulher pudesse listar, maior sua reivindicação a ocupar uma posição moral mais elevada” (Brah, 2006, p. 348).

8. Nicholson, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, 2000.

ideia de um sujeito universal – que torna gerais características particulares dos grupos dominantes – construía, na verdade, uma categoria opressora e normativa, tornando os grupos dominados ausentes ou invisíveis. De fato, o movimento feminista nunca conseguiu unir as mulheres em torno de um único discurso ou de uma única identidade coletiva. Quanto mais disseminada e forte estivesse a ideia de unidade feminina, mais prosperavam identidades “sobrenomeadas” (Sorj, 1992).

O “pós-feminismo” se pergunta, então, não apenas sobre as relações entre homens e mulheres, mas também sobre aquelas entre as próprias mulheres, baseando-se na ideia de diferenças entre culturas e na inexistência de um modelo universal. Scott (1994) apontou ainda que, ao se aceitar que as mulheres têm características inatas e específicas que as conferem necessidades e interesses particulares, diferentes daqueles associados aos homens, deixa-se implícito que a diferença sexual é natural e não social, sendo inalterável e servindo, portanto, de lastro para justificar os processos de discriminação. Entra-se, assim, em uma “lógica circular na qual a ‘experiência’ explica as diferenças de gênero e as diferenças de gênero explicam as assimetrias da ‘experiência’ masculina e feminina” (Scott, 1994, p. 16).

Os trabalhos produzidos pelas feministas desconstrutivistas, de natureza não identitária, se propunham a uma “política feminista mais radical”, tal como chamou Scott (1994), que relativizava o estatuto de todo o saber. A crítica à razão, ao sujeito universal e à lógica da identidade levou a um “deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual” (Rago, 1998, p. 91). Esta nova política feminista conferia mais ênfase às diferenças entre as mulheres do que aquilo que supostamente permitiria agrupá-las em torno de uma identidade fixa,⁹ bem como aos processos constantes e contingentes de formação do sujeito em oposição à fixidez da noção de identidade. Brah (2006, p. 341) reforça que “não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas. (...) Cada descrição está referida a uma condição social específica”.

9. Bordo (2000) destaca que gênero não é a única forma de alteridade e que, cada vez que um grupo é citado somente pelas suas visões sobre o próprio grupo – deixando reservadas as grandes questões aos grupos dominantes, estes sem sexo, sem raça, sem nacionalidade –, então a alteridade do grupo é perpetuada.

As categorias ficaram mais instáveis, tornando possível a crítica a dicotomias fundantes do pensamento moderno, como natureza e cultura. De fato, o método da desconstrução pressupõe:

analisar operações da diferença nos textos e as formas nas quais os significados são trabalhados. (...) Revela a interdependência de temas aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular. Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas por propósitos particulares em contextos particulares (Scott, 1999¹⁰ *apud* Mariano, 2005, p. 486).

Machado (1998) destaca que qualquer noção de masculino e feminino passou a ser contestada e que o único consenso existente a partir de então era o de que não havia consenso sobre o que seria o masculino e o feminino.

Romper com os estudos da substancialidade do que é a mulher e do que é o homem e com a determinação do biológico sobre o sexo é construir um novo paradigma (...) que reivindica, *radicalmente*, o caráter simbólico das relações de gênero e que aponta tanto para uma diferenciação quanto para uma indiferenciação, para um número qualquer de gêneros e para a instabilidade de quaisquer caracterizações (Machado, 1998, p. 112, grifo nosso).

Entre os trabalhos deste grupo de feministas, tem-se destacado a contribuição de Judith Butler, que, ao questionar as conceituações que pensam as identidades como fixas, em torno de relações binárias, destaca que:

a produção disciplinar de gênero produz estabilizações falsas para os interesses da construção heterossexual e a regulação da sexualidade dentro do domínio reprodutivo. As descontinuidades de gênero que têm lugar nos múltiplos contextos nos quais o gênero não deriva do sexo e o desejo e a sexualidade não seguem o gênero são ocultadas por construções de gênero sempre coerentes (Piscitelli, 2001, p. 15).

Butler questiona, portanto, as premissas da teoria feminista dominante, desconstruindo a oposição entre sexo-gênero e natureza-cultura, e problematizando as categorias fundacionais da identidade: sexo, gênero e desejo. Defende, assim, a ideia de que o sexo é também socialmente construído e que o “deslizamento” – ou a

10. Scott, Joan. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista*, São Paulo, p. 203-222, 1999. (Edição especial, Cidadania e Feminismo).

coerência – entre as categorias sexo-gênero-desejo não é compulsório ou natural. Em verdade, tais categorias são discursivas, uma vez que não existe uma lei cultural inexorável que se imponha sobre um corpo passivo.¹¹ Buscando associar esta proposta teórica à luta política, Butler destaca que “refutar esta estabilidade [entre sexo, gênero e desejo] sempre pressuposta, mas jamais real, ‘desconstruindo’ o sujeito e subvertendo as identidades, é uma condição necessária para uma epistemologia com maior abrangência explicativa e para a radicalização da democracia” (Mariano, 2005, p. 487).

A autora propõe, assim, radicalizar o conceito de gênero, tornando-o um “artifício flutuante” e retirando de seu significado a ideia de uma “inscrição cultural de significado em um sexo previamente dado” (Butler, 2003, p. 25). A noção de gênero seria inseparável das intersecções políticas e culturais que a produzem, sendo sempre relacional e inconstante, e não um neutro anterior à cultura. Desta forma, Butler questiona a obrigatoriedade de se associar um gênero aos indivíduos, uma vez que a agência poderia abrir-lhes possibilidades infinitas de construção.

A compreensão da pessoa como quem tem “um” gênero dialoga com a concepção humanista do sujeito, para a qual existe uma pessoa substantiva, com diversos atributos essenciais e não essenciais (metafísica da substância). Outra compreensão da questão partiria do gênero como uma relação entre sujeitos construídos e em construção em contextos sociais e específicos. Insere-se, assim, a noção de um sujeito que não se define no ponto de partida, como enfatizado pelo feminismo identitário, mas que se constrói apenas no ponto de chegada, como resultado de subjetividades históricas e não naturais, dentro de significados e representações culturais marcados por relações de poder específicas.

Defendia-se que este sujeito fosse considerado dinamicamente, como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. A mulher não deveria, portanto, ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo

11. Segundo Butler (2003, p. 26): “a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”.

das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos e saberes instituintes (Rago, 2000). Há com isso a negação epistemológica de qualquer tipo de essência associada às mulheres, havendo o “abandono da categoria sujeito como a entidade transparente e racional que poderia outorgar um significado homogêneo à ação” (Mariano, 2005, p. 486). Como aponta Lauretis (1986¹² *apud* Scott, 1994, p. 18): “a consciência nunca é fixa, nunca é alcançada de uma vez por todas, já que as fronteiras discursivas variam de acordo com as condições históricas”.

Gênero, portanto, não se constituiria em uma identidade primária, dominante, universal ou fixa, mas, ao contrário, gênero

não é sempre constituído de forma coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, e (...) gênero é intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais, regionais e de classe das identidades discursivamente constituídas. Como resultado, torna-se impossível separar o gênero das interseções políticas e culturais através das quais ele é invariavelmente produzido e mantido (Butler, 1990¹³ *apud* Costa, 2002, p. 81).

Há, então, uma intersecção movimentada e fluida entre os diversos vetores de diferença, que constantemente se deslocam, se sobrepõem, abrem espaços intermediários nos quais o sujeito se posiciona, não importando quão provisório seja este posicionamento (Costa, 2002).

Harding destaca que, ainda que gênero seja uma categoria central nas experiências sociais dos indivíduos, é também verdade que o racismo, o classismo ou outros imperialismos culturais podem ter impactos mais decisivos nas oportunidades de vida do que o sexismo. Isso evidentemente não significa que gênero deixe de ser uma categoria menos importante política ou teoricamente, mas que, em culturas “estratificadas” por sexo e raça, por exemplo, gênero é também uma categoria racializada, e raça é uma categoria genderizada.

A autora afirma que, por mais que a ênfase na diferença possa ser uma armadilha para a atuação política, em qualquer luta por emancipação é preciso reconhecer outras agendas de luta como parte integrante da sua própria. A demarcação da unidade que

12. Lauretis, Teresa de (Ed.). *Feminist studies/critical studies*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

13. Butler, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

representava o feminismo da primeira onda e o feminismo identitário é substituída, nesta nova fase, pela solidariedade entre diferentes grupos sociais.

A nova proposta, portanto, significa subverter as identidades e desestabilizar os regimes de poder existentes. Para Butler (1998, p. 30), o sujeito, neste contexto, é constituído discursivamente, é político, contingente, e sua constituição se dá por meio de exclusões, ou seja, por “atos de diferenciação que o distinguem do seu exterior constitutivo”. Isso significa que qualquer tentativa de construir a unidade em torno da categoria mulher é também um movimento de construir uma categoria normativa e excludente, que alimenta relações de poder e cristaliza hierarquias. Segundo Brah (2006, p. 355), “a ideologia do ‘aberto para todas’ pode de fato legitimar todos os tipos de exclusão de fato”.

Não seria possível supor uma categoria universal mulheres que seria preenchida, conforme o contexto, por aspectos de raça, classe, idade, sexualidade etc. A produção deste sujeito unitário perpassa uma relação de poder que define, por meio do discurso dominante, quais aspectos serão ou não incluídos. A crítica à política identitária deveria tornar-se, então, uma questão central para o feminismo. Para Butler (1998), a crítica feminista deve ir além do falocentrismo, evitando, por meio de gestos unificadores, reproduzir a mesma lógica de colonização da opressão da qual se proclama a emancipação.

Ao alterar profunda e radicalmente a concepção de sujeito, a crítica pós-moderna nega ao feminismo sua alegação de ter descoberto alguma verdade histórica geral da opressão à mulher. Coloca em questão, portanto, o sujeito unitário construído para a ação política. A aparente contradição entre a teoria e a política feminista tem pautado os debates mais recentes no campo do feminismo. Se, por um lado, as reflexões desconstrutivistas oferecem ao feminismo, como destaca Joan Scott, uma importante ferramenta analítica, desessencializadora, inclusiva e historicizada, por outro lado, existe a ideia de estar-se produzindo um feminismo sem mulheres, de estar-se sobrevalorizando aquilo que separa ou diferencia as mulheres, no lugar daquilo que as une. Nesse sentido, Sorj (1992, p. 22) diz que:

sem pretender prescrever o futuro da teoria e prática feminista, poderíamos concluir que aquelas que permanecem, basicamente, no campo da modernidade poderão encontrar no discurso pós-moderno um poderoso antídoto para as tendências totalizadoras, e até mesmo intolerantes, presentes em seu discurso. Por outro lado, as feministas pós-modernas não podem desconhecer que a

modernidade, como um campo unificado do social, continua presente demandando um esforço de identificação de denominadores comuns, mais além das afirmações particulares.

4 OS EMBATES NO FEMINISMO

O encontro entre o feminismo e o pós-estruturalismo está repleto de possibilidades e contradições. Devido às similaridades entre as desconstruções feministas do sujeito histórico universal e as desconstruções pós-estruturalistas da razão, da objetividade e do pensamento dicotômico, é possível uma aliança entre as correntes. No entanto, se o feminismo aceita a crítica pós-moderna de proliferação infinita de identidades, deve abdicar da dualidade homem-mulher como organizadora da sociabilidade humana e abrir mão não apenas do sujeito masculino universal, mas também do seu sujeito político mulher. Nas palavras de Sorj (1992, p. 21), “a dinâmica de um feminismo pós-moderno seria tal que perderia qualquer denominador comum diante da afirmação de infinitos particularismos”.

Para muitas feministas, a lógica pós-moderna e pós-estruturalista acaba por ruir com qualquer possibilidade de uma unidade, de um sujeito coletivo ou de um discurso entendido como feminista. Ao desestabilizar decisivamente o sujeito mulher, as reflexões desconstrutivistas colocam em xeque a categoria considerada ponto de partida para a teoria e a política feministas. Para Costa (2000), o feminismo, enquanto movimento político, adota a ideia de uma identidade feminina, sendo um espaço para a crítica cultural que procura explicar a opressão da mulher em sua “variedade infinita e similaridade monótona”. Apresenta-se, assim, como um contraponto às reflexões consideradas abstratas (pós-modernas) da academia, tendo sido continuamente pressionado pelas demandas da prática política.

A lógica pós-estruturalista é percebida, por este grupo de feministas, como produtora de um sujeito e de identidades que se instalam apenas por meio do reforço à negatividade e à diferenciação. Costa (1998, p. 132) afirma que “a mulher passou a ser aquilo que não pode existir, uma categoria oca, uma ficção, uma identidade que não pode ser afirmada”. E, curiosamente, o feminismo teria chegado ao estágio que chegou justamente pelo reforço à unidade, ao que existe de comum entre as mulheres, mais do que ao que as separa. Ao não oferecer alternativas positivas ao feminismo, as correntes desconstrutivistas dificultariam o acionamento dos movimentos. Para Piscitelli (2001, p.

18), “além de dissolver o sujeito mulheres, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político”.

A força política do movimento feminista estaria justamente na capacidade de, por uma lado,

construir positivities para os seus sujeitos com base na materialidade das experiências que as mulheres têm do social e, por outro [lado], por submeter estas experiências ao escrutínio teórico-crítico. Contrárias à dissipação do sujeito dentro das estruturas de linguagem e do discurso, tão em voga nos círculos pós-modernos, as feministas têm afirmado que a outra [mulher] existe em seu próprio lugar, como ela é, independente de quaisquer relações específicas (Costa, 2002, p. 62).

A reação ao processo de desconstrução provocado pelas reflexões pós-estruturalistas e pós-modernistas reside, basicamente, na impossibilidade de se falar em um sujeito mulher, uma vez que se está diante da “morte do sujeito”. As perspectivas desconstrutivistas, segundo Costa (2002), teriam produzido um temor acerca de qualquer possibilidade essencializadora da mulher, desautorizando, como consequência, qualquer referência a esta categoria, ainda que ela seja dotada de um caráter provisional e, portanto, não rígido. Para a autora, “a forma encontrada para escapar das armadilhas do pensamento essencialista consistiu na afirmação da diferença total através de uma prática feminista negativa ancorada nos preceitos da desconstrução” (Costa, 2002, p. 68). A esse propósito, Alcoff (1988, p. 420¹⁴ *apud* Costa, 2002, p. 69) indaga: “o que podemos exigir em nome das mulheres se mulheres não existem e as exigências em seu nome simplesmente reforçam o mito de que elas existem?”.

Curiosamente, inicia-se assim um movimento que procura retornar ao feminismo centrado na figura da mulher, “entendida não como essência ontológica, nem mesmo no sentido restrito de mulher como essencialismo estratégico, mas na acepção ampla de posição política” (Costa, 1998, p. 132). Resgatar-se-iam, como coloca Tania Modleski, as mulheres para o feminismo, procurando identificar não uma voz única sobre as (ou das) mulheres, mas os pontos comuns entre elas, de modo a se construir um movimento que seja ao mesmo tempo universal e capaz de reconhecer as diferenças. Este grupo de feministas não defende, portanto, um retorno ao feminismo identitário

14. Alcoff, Linda. Cultural feminism versus poststructuralism: the identity crisis in feminist theory. *Signs*, v. 3, n. 13, 1988.

da década de 1970, baseado na unidade do sujeito mulher ou tendo como fundamento sua natureza essencial. Tal como apontado, as reflexões desconstrutivistas têm muito a oferecer às reflexões feministas, o que não significa, necessariamente, compartilhar de um “feminismo genocida”, como colocado por Costa (2002).

De forma geral, a crítica se centra em dois pontos: nos prejuízos para a organização política do desmantelamento da categoria mulher e no repúdio a qualquer reivindicação identitária originada da ideia de que as identidades são meros efeitos da linguagem. Há a defesa de que “mulher” é uma categoria histórica e heterogênea, bem como existe o reconhecimento simultâneo de que essa categoria é construída a partir de práticas e discursos contingentes, situados, flexíveis.

A despeito das diferenças, e reconhecendo que existem diferentes temporalidades e densidades e que o sujeito mulher existe em relação a outras categorias igualmente instáveis, é esta categoria que deveria continuar articulando as mulheres politicamente. Afinal, como afirma Riley (1988¹⁵ *apud* Costa, 2002, p. 72), “reconhecer a instabilidade semântica da categoria ‘mulheres’ não faz necessariamente com que mergulhemos no vago redemoinho dos seres pós-gendrados, abandonando as posições críticas do feminismo (...) passando a celebrar um carnaval de sexualidades difusas e contingentes”. Tal instabilidade significa simplesmente aquilo que, conforme aponta Costa (1998), já é evidente para o feminismo contemporâneo: o significado e a história de uma categoria devem ser entendidos à luz do significado e da história de outras categorias identitárias.

O agenciamento da categoria mulher como um sujeito político passa, então, por um duplo movimento, tal como demonstra Chantal Mouffe: *i*) o antiessencialismo epistemológico, com a desconstrução do sujeito mulher para expor sua natureza não essencial; e *ii*) o essencialismo estratégico, mapeamento das práticas contingentes e politicamente motivadas que constroem identidades e posições para os sujeitos no campo social. Estas fixações parciais permitem construir formas de identificação em torno do sujeito mulher, não havendo dilema entre dispor de uma unidade preestabelecida na figura da mulher ou dispor de uma base para a ação política.

15. Riley, Denise. *Am I that name? Feminism and the category of “women” in history*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.

É por isso que cada posição de sujeito se constitui dentro de uma estrutura discursiva essencialmente instável, posto que se submete a uma variedade de práticas de articulação que constantemente a subvertem e transformam. Por isso não há nenhuma posição de sujeito cujos vínculos com outras estejam assegurados de maneira definitiva e, portanto, não há identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida (Mouffe, 1999¹⁶ *apud* Costa, 2002, p. 75).

Essa nova formulação do sujeito mulher bebe, sem dúvida, da fonte das perspectivas desconstrutivistas, mas tem como proposta a recriação da categoria como sujeito político, destruído pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo. Para Nicholson (2000 *apud* Piscitelli, 2001), essa proposta teria uma dupla vantagem: possibilitaria reconhecer as diferenças entre as mulheres, mas também identificar as semelhanças que as possibilitassem atuar como um agente político. De acordo com Piscitelli (2001, p. 21), “a reelaboração da categoria mulher é um esforço de contabilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas – humanismo, universalismo, racionalismo – com a formulação de um projeto político feminista, mostrando como essa compatibilização não é incongruente”. A categoria mulher seria, na verdade, mais um projeto político do que uma realidade.

Ao responder às críticas efetivadas por esta parte do movimento feminista, Butler (2003) aponta que a vantagem estratégica de contar com um instrumento unificador do discurso não pode ser óbice a uma crítica radical desta unidade, da potencial natureza essencializadora que ela supõe e da fixidez das identidades que daí podem resultar, dado o risco de comprometer os propósitos fundamentais do feminismo. Qualquer busca pela unidade significará uma totalização excludente e uma normatização. A crítica à política identitária é, portanto, fundamental para o feminismo. Para a autora,

qualquer conceito totalizador do universal impedirá, em vez de autorizar, as reivindicações não antecipadas e inantecipáveis que serão feitas sob o signo do “universal”. Nesse sentido, não estou me desfazendo da categoria [mulher], mas tentando aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente (Butler, 1998, p. 17).

Realizar uma crítica ao sujeito definido no ponto de partida não corresponde a negar ou declarar a morte do sujeito, mas sim a ressignificá-lo, indagando-o quanto aos

16. Mouffe, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. *Debate Feminista*, São Paulo, 1999. (Edição especial, Cidadania e Feminismo).

seus processos de formação, ao seu significado político e às consequências de tomá-lo como um requisito da teoria. A desconstrução e a desestabilização da categoria mulheres não correspondem a uma defesa da inexistência desta. Segundo Mariano (2005, p. 494), “o sujeito do feminismo passa a ser compreendido sempre como algo que é construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças, coalizações. Portanto, é sempre contingente”. O sujeito que o feminismo pretende representar é, assim, sempre construído discursivamente pelo próprio movimento, não existindo pré-discursivamente. Tal interpretação retira a estabilidade das categorias, mas não as elimina.

Dessa maneira, o sujeito não deve ser procurado no início. O feminismo precisa de teorias que se proponham a pensar seu processo de construção, uma vez que o sujeito não é fixo e a identidade não é fixa. Não existe uma identidade de gênero (um “ser”) por detrás de suas expressões (um “fazer”), haja vista não existir uma identidade estática, mas, sim, uma performaticamente construída, ou seja, uma identidade constituída por suas próprias expressões.

Podemos ser tentados a pensar que supor o sujeito de antemão é necessário a fim de proteger a capacidade de agir do sujeito. Mas afirmar que o sujeito é constituído não é dizer que ele é determinado; ao contrário, o caráter constituído do sujeito é a pré-condição de sua capacidade de agir. (...) Em certo sentido, o modelo epistemológico que nos oferece um sujeito ou agente dado de antemão se recusa a reconhecer que a capacidade de agir é sempre e somente uma prerrogativa política. Enquanto tal, parece essencial questionar as condições de sua possibilidade, não a tomar como uma garantia *a priori* (Butler, 1998, p. 22).

As críticas ao feminismo teórico do contexto pós-moderno e pós-estruturalista centram-se, como visto anteriormente, na produção da separação entre teoria e militância feministas, dada pelo fato de que as categorias agenciadas para a militância demandam maior estabilidade do que aquelas propagadas pela teoria feminista em voga. As “pós-feministas”, porém, não acreditam ser a unidade uma questão necessária para a ação política. Para Butler (2003), a crítica ao sujeito universal e normatizador não se configura em um problema para o feminismo, mas, ao contrário, em sua possibilidade. Isso porque a necessidade de uma unidade como a base da solidariedade feminista tem sido, em grande medida, a causa da fragmentação dentro do feminismo, sendo que as coalizões deveriam reconhecer essas contradições e não buscar pacificá-las.

Não será precisamente a insistência prematura no objetivo da unidade a causa da fragmentação cada vez maior e mais acirrada das fileiras? Certas formas aceitas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a “unidade” da categoria mulheres não é pressuposta nem desejada. (...) Unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação de identidades (Butler, 2003, p. 36).

A autora conclui, portanto, que a noção de identidade como ponto de partida jamais se constituirá em uma base sólida para o movimento feminista, uma vez que pressupõe uma normatização que é, por definição, exclusivista.

Isso não quer dizer que o termo “mulheres” não deva ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que “mulheres” designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e resignificação. Eu diria que os rachas entre as mulheres a respeito do conteúdo do termo devem ser preservados e valorizados, que esses rachas constantes devem ser afirmados como o fundamento infundado da teoria feminista. Desconstruir o sujeito do feminismo não é, portanto, censurar sua utilização, mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-los das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir (Butler, 1998, p. 25).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo passa, sem dúvida, por um momento crucial de sua trajetória, tanto do ponto de vista de sua produção teórica quanto de suas possibilidades no campo do ativismo social. De um movimento que nasceu da organização de um sujeito político unitário que conferisse visibilidade às mulheres, que permaneciam excluídas dos espaços políticos e de poder da sociedade, o feminismo é hoje um espaço de permanente disputa sobre quem é o seu sujeito, em nome de quem se age, e quem fica de fora quando se define esse sujeito. Está-se diante de uma multiplicidade de feminismos – o feminismo negro, o feminismo lésbico – que seguem buscando os caminhos para construir um sujeito que seja ao mesmo tempo amplo o bastante para incluir todas as categorias antecipáveis ou não, mas que valorize as especificidades de cada uma delas.

Esse movimento – que parece irreversível – tem se tornado ainda mais desafiador no contexto histórico atual, no qual boa parte dos avanços conquistados no campo

dos direitos das mulheres tem sido fortemente questionada pela ascensão de uma classe política conservadora e fortemente enraizada em concepções religiosas, mesmo em países laicos como o Brasil (Políticas Sociais, 2015). É inegável que estes avanços foram fruto de uma atuação política que deixou de se dar em torno do sujeito unitário mulher para considerar sua multiplicidade, ainda que não na profundidade teorizada no âmbito da academia. Foi agenciando categorias como mulheres negras, mulheres rurais, mulheres trans, mulheres quilombolas, entre outras, que conquistas se efetivaram no campo das políticas públicas. Neste momento de possível retrocesso para os direitos das mulheres, porém, é preciso encontrar o equilíbrio na balança entre uma atuação que, de um lado, fortaleça e proteja as mulheres e seus direitos fundamentais e, de outro, mantenha em evidência suas diferenças e deslocamentos diante deste sujeito universal.

O feminismo, mais uma vez, encontra-se diante de um paradoxo – nos termos apontados por Scott (2005) – na constituição do seu sujeito. Entre tantas incertezas, contudo, parece haver cada vez mais clareza de que não se deve buscar um sujeito fixo do feminismo; as instabilidades na construção teórica e política deste sujeito são permanentes. Um dos desafios impostos ao feminismo contemporâneo parece, portanto, passar pela elaboração de alternativas de estabilização temporárias de seu sujeito, a depender das contingências enfrentadas no campo social e das estratégias adotadas para a conquista e a manutenção de direitos, bem como para o reconhecimento de identidades.

REFERÊNCIAS

- BORDO, Susan. A feminista como o Outro. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 10-29, 2000.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 11-28, 1998.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, 1981.
- COSTA, Claudia de L. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 127-140, 1998.

_____. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. *In*: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. **Masculino feminino plural**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2000.

_____. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 19, p. 59-90, 2002.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University Pree, 1986.

MACHADO, Lia Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. *In*: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. Gênero, um novo paradigma? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 107-125, 1998.

MARIANO, Silvana A. O sujeito do feminismo no pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3 n. 13, p. 483-505, set./dez. 2005.

PINTO, Celi. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher**. Campinas, 2001.

_____. Reflexões em torno do gênero e feminismo. *In*: COSTA, Claudia; SCHMIDT, Simone. **Poéticas e políticas feministas**. Santa Catarina: Mulheres, 2004. p. 46.

POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2015. (BPS, n. 23).

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998.

_____. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. **Masculino feminino plural**. Santa Catarina: Mulheres, 2000.

SCOTT, Joan W. Prefácio a Gender and Politics of History. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p. 11-30, 2005.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In*: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 141-155, 1998.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Elaine Oliveira Couto

Laura Vianna Vasconcellos

Luciana Nogueira Duarte

Thais da Conceição Santos Alves (estagiária)

Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Glaucia Soares Nascimento (estagiária)

Vânia Guimarães Maciel (estagiária)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

